

RESUMO

Transformações Metodológicas na Ciência Política Contemporânea

Desde meados dos anos 90 do século passado, muito em decorrência da globalização, das mudanças tecnológicas, bem como por fatores endógenos, a produção acadêmica de alto fator de impacto na Ciência Política Contemporânea tem marcada sido pela ocorrência de transformações substantivas nos seus padrões de cientificidade. Estas transformações se converteram em “valores e crenças” que institucionalizaram a existência de um conjunto particular de condições que a tornam mais rigorosa em termos de métodos e técnicas, e mais orientada por qualidade inferencial, e por uma busca por causalção. A questão básica que o trabalho se debruça é exatamente: “quais os valores e crenças que moldam a produção de conhecimento na ciência política, e porque estes introduzem uma nova concepção de ciência?” Para oferecer respostas a esta questão, este trabalho busca, lastreado em um exame amplo de trabalhos produzidos em periódicos científicos nos últimos 20 anos, identificar, mapear e entender mais amplamente as instituições – compreendidas como valores, crenças, e parâmetros - que estruturam o estudo científico da política na atualidade.

Palavras-chave: ciência política; metodologia; epistemologia.

ABSTRACT

Since mid-1990s in the last century, the high-impact factor political science production has been substantively transformed. Major exogenous changes such as globalization and technological changes as well as endogenous factors have been the driving forces behind this change. The production of knowledge in political science is infused in a new set of “core values and beliefs” that institutionalized the existence of a particular set of conditions that made political science more rigorous in the use of methods and techniques, driven by inferential quality, and seeking for causation. The key research question of the paper is exactly: “what are the key values and beliefs that have been driving the academic production in political science, and how they introduce a new conception of science?” Examining a very broad sample of articles in mainstream scientific journals, this paper seeks article seeks to identify, mapping, and understanding the new institutions – believes, values, and parameters – that have been structuring the production of knowledge in contemporaneous political science.

Keywords: political science, methodology, epistemology.

Transformações Metodológicas na Ciência Política Contemporânea¹

Flávio da Cunha Rezende²

INTRODUÇÃO

Um exame mais atento da produção nos periódicos de alto fator de impacto na Ciência Política contemporânea revela ter ocorrido um amplo conjunto de transformações na “cientificidade” da ciência política nas duas últimas décadas. Embora a ciência política ainda se volte para estudar temas clássicos como a ação coletiva, o comportamento eleitoral, as instituições democráticas ou o paradoxo do voto, a natureza substantiva do conhecimento produzido hoje é consideravelmente diferente do que era há um quarto de século. A ciência política passa por uma massiva redefinição de suas bases metodológicas, de sua tecnologia, e de suas concepções sobre o que vem a ser “ciência”, de modo que, do ponto de vista objetivo, produzir conhecimento na ciência política hoje é uma tarefa substancialmente diferente.

Como é largamente conhecido pelas teorias institucionais, “mudanças” usualmente ocorrem a partir da introdução de novos valores, crenças ou parâmetros que são compartilhados pelos agentes, organizações e instituições que produzem a ação. Para o caso das transformações da cientificidade na ciência política, caso particular que nos interessa de perto neste artigo, é plausível afirmar que existe um conjunto de novas instituições³ com-

1 Este artigo foi originalmente escrito para a Revista Política Hoje. O autor agradece ao CNPQ pelo financiamento das pesquisas sobre desenhos de pesquisa e inferência causal na ciência política ao longo dos últimos cinco anos. Estes recursos foram fundamentais para viabilizar as continuadas pesquisas empíricas na produção contemporânea em periódicos de alto impacto na ciência política.

2 Ph.D Cornell University, EUA. Cientista Político. Professor Associado I do Departamento de Ciência Política da UFPE. Pesquisador de Produtividade CNPq. Coordenador do Grupo de Epistemologia e Método Comparado na Ciência Política – CNPq. Email: rezzende2005@gmail.com

3 Nas teorias institucionais contemporâneas existe uma ampla conceituação sobre o que vem a ser “instituições”. Estou alinhado aqui com a definição de Hess e Ostrom (2011, p.42) que definem as instituições como sendo “as regras formais e informais que são compartilhadas por uma dada coletividade. No sentido aqui utilizado as instituições vão além da dimensão formal ou escrita das regras. Elas contemplam os parâmetros (ou regras) que estruturam as “permissões e proibições” para os diversos agentes (individual ou coletivamente) para a produção de um dado comportamento”. Neste artigo, em particular, os agentes são os pesquisado-

partilhadas na comunidade científica que alteraram de forma substancial o modo de produzir, organizar, e, difundir o conhecimento científico pelo menos a partir dos anos 90. A produção do conhecimento válido na atualidade requer dos cientistas políticos a aderência a um conjunto de valores que conferem sentido ao novo padrão de cientificidade observado na disciplina.

Entendendo a Metodologia, no seu sentido mais amplo, como sendo o estudo sistemático das regras que conferem sentido e validam a produção do conhecimento, estamos, em última instância, preocupados em entender de forma precisa as “Transformações Metodológicas” ocorridas na comunidade científica na Ciência Política. Tais transformações, geradas a partir da infusão de um novo conjunto de crenças e valores considerados necessários e suficientes para auferir “cientificidade” à ciência política, afetam profundamente o rigor, a natureza, e, o sentido do conhecimento produzido nas últimas décadas.

A compreensão destas instituições para o caso particular da ciência política contemporânea representa a motivação básica deste artigo, e, ele se volta para apresentar de forma mais ampla e sistemática o conjunto específico de “crenças, valores e parâmetros” que, de forma integrada, permitiram estruturar uma nova concepção de cientificidade. A questão básica que o trabalho se debruça é exatamente: “quais os valores e crenças que moldam a produção de conhecimento na ciência política, e porque estes introduzem uma nova concepção de ciência para o estudo da política?”

Para oferecer respostas a esta questão, este trabalho busca, lastreado em um exame amplo de trabalhos produzidos em periódicos científicos nos últimos 20 anos, identificar, mapear e entender mais amplamente as instituições – compreendidas como valores, crenças, e parâmetros - que estruturam o estudo científico da política na atualidade. Chamaremos neste trabalho, por simplificação, a ciência política contemporânea como a “ciência política pos-kkv⁴”, dado que, considerável parte dessas crenças e valores emergem a partir da voluminosa produção metodológica que veio a reboque da obra seminal *Designing Social Inquiry* (King, Keohane e Verba, 1994) e que tem reconfigurado os debates metodológicos no interior da ciência política desde então.

O propósito básico do trabalho é, portanto, o de mapear os valores “fundamentais” que oferecem de forma integrada uma nova cientificidade para a ciência política contemporânea. Este mapeamento será realizado a partir da identificação dos principais elementos constitutivos que “dão sentido” a produção do conhecimento na ciência política pós-kkv. Identificaremos tais valores a partir de dimensões consideradas essenciais pela comunidade científica

O argumento central do artigo é o de que a Ciência Política passa por uma profunda transformação em sua cientificidade nas duas últimas décadas e que a torna diferenciada em relação a outras áreas das ciências sociais. Verifica-se na ciência política a introdução de

res e as instituições produtoras de conhecimento; e, o comportamento a ser compreendido é a produção do conhecimento na ciência política.

4 A utilização da expressão “pós-kkv” foi influenciada por Mahoney (2010) que elabora uma análise das transformações na reflexividade no campo da chamada Nova Metodologia Qualitativa para caso da ciência política geradas pelo livro *Designing Social Inquiry*. Várias obras seminais na metodologia contemporânea tem utilizado esta obra como marco importante para precipitar transformações substanciais no modo de ver a ciência política, especialmente no que se refere aos problemas de orientação por inferências e de unificação das lógicas quantitativas e qualitativas.

novas instituições que conferem sentido aos novos padrões de cientificidade na Ciência Política. Estas instituições são compreendidas a partir de sete dimensões interligadas.

A primeira dimensão é a Preocupação Crescente com Inferência Causal onde se verifica que a Ciência Política por uma crescente preocupação com causação e especialmente com a geração de inferências causais. Mais amplamente, observamos que coexistem várias lógicas de gerar inferências, configurando o que Rezende (2015) conceitua como o pluralismo inferencial.

A segunda dimensão considerada é Orientação por Modelos Hipotéticos-Dedutivos que encontram lastro na ampla implementação dos chamados - EITM (Empirical Implications of Theoretical Models) que ganham amplo espaço na formação das novas gerações em ciência política. A ciência política é substancialmente guiada pela adoção de modelos hipotéticos dedutivos (H-D) com ênfase em testes de hipóteses, utilização massiva de modelos formais e uma interação profunda com econometria e análise estatística.

A terceira instituição considerada aqui é a conexão entre Desenhos de Pesquisa e Qualidade Inferencial. A importância central dos desenhos de pesquisa como elementos considerados fundamentais para gerar qualidade inferencial é uma condição sine qua non para a ciência política KKV. Esta relação tem permitido que se observe cada vez mais a convivência entre diversos tipos de desenhos de pesquisa que se tornam cada vez mais rigorosos para elevar as chances de produzir qualidade inferencial.

A quarta instituição fundamental reside na Integração entre Métodos Quantitativos e Qualitativos como pesquisa científica desejável. A ciência política tem ampliado suas possibilidades para permitir alternativas plausíveis que potencializem as vantagens de pesquisas que mobilizem de forma adequada a lógica das “duas culturas” (Goertz e Mahoney, 2012). A integração entre métodos passa a ser um ideal a ser cada vez mais valorizada e buscada na ciência política contemporânea.

A quinta dimensão comparada aqui se volta para entender o Ecletismo Analítico que tem sido uma das pressuposições fundamentais de cientificidade em que os cientistas passam a flexibilizar as tradicionais “barreiras paradigmáticas” entre teorias para ampliar o poder explicativo e lidar de forma mais satisfatória com o usual gap entre teorias e aplicações úteis na realidade. A ciência política contemporânea vem sendo “impulsionada” progressivamente para dar conta de problemas complexos na realidade sem perder de vista o rigor teórico. O ecletismo analítico propõe alternativas claras nesta direção e tem sido um dos importantes elementos constitutivos nas crenças acerca da nova cientificidade na ciência política.

A sexta dimensão considerada é a Elevação da Demanda por Identificação Causal. Muito influenciada pela interação com a econometria aplicada, a ciência política contemporânea, especialmente aquela mais empírica e mais preocupada com a inferência tem ampliado sua atenção para a necessidade de compreender mais de perto as estratégias de identificação. A demanda por inferências mais precisas, entendidas como estimação de parâmetros, passa por uma busca mais clara por identificação.

Por fim considera-se que outra instituição fundamental é a Primazia dos Métodos sobre Análise Política. A ciência política passa nos últimos anos por uma aderência ao conhecido argumento de Rubin (2008) de que “design trumps analysis” em que os métodos pos-

sua prevalência sobre a análise. Na economia, tal afirmação estruturou uma completa “revolução de credibilidade” em que os desenhos de pesquisa e os métodos de produção de inferência passam a ser muito mais rigorosos. Esta crença tem gerado impacto similar (embora de menor intensidade) na ciência política, tornando clara uma situação que pode ser conhecida como a primazia dos métodos (e dos desenhos de pesquisa) sobre a análise política. Uma evidência empírica considerável deste processo tem sido o progressivo fortalecimento e institucionalização do campo disciplinar de “metodologia política” nos últimos 20 anos.

O artigo se estrutura da seguinte forma. Na primeira parte são discutidos de forma mais ampla os condicionantes que fizeram a ciência política contemporânea ser fundamentalmente diferente na atualidade. Daremos atenção a três fatores fundamentais: a noção de ciência política cosmopolita proposto por Norris (1997); a publicação da obra de KKV em 1994 que redefine as crenças em torno da cientificidade na ciência política; as considerações de Shapiro (2004) sobre o conhecido problema do descompasso entre a ciência política e os problemas da realidade (que é usualmente chamado de “flight from reality”); e, por fim as amplas mudanças tecnológicas e informacionais que condicionam a produção do conhecimento na ciência política. Em seguida, são analisadas “isoladamente”, em cada seção, cada uma das crenças consideradas fundamentais neste trabalho⁵. Por fim, são oferecidas as considerações finais e suas implicações básicas para a produção “prática” do conhecimento na ciência política contemporânea. O propósito é o de ampliar a consciência dos pesquisadores para compreender o “contexto” mais amplo que cada trabalho produzido na ciência política está inserido e sendo profundamente afetado em termos de sua cientificidade.

2. A CIÊNCIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA E SEUS CONDICIONANTES

A década de 90 do século passado reuniu condições para tornar possível um amplo conjunto de transformações no padrão de cientificidade ocorridas na Ciência Política. Estas mudanças são, em grande medida, impulsionadas por alguns fatores endógenos que estão associados, por um lado, aos desenvolvimentos metodológicos ocorridos no interior da disciplina; e, por outro, em decorrência de importantes fatores exógenos que são gerados a partir de mudanças mais amplas empreendidas na economia e na sociedade⁶.

Os fatores endógenos fundamentais identificados neste trabalho são essencialmente três⁷: primeiro, a noção de Ciência Política Cosmopolita proposta por Norris (1997) que bem

5 É importante considerar aqui que, a bem da simplificação, cada uma destas crenças exigiria um tratamento bem mais denso do que é oferecido no artigo. O propósito não é o de realizar uma “revisão exaustiva” da literatura metodológica sobre cada dimensão considerada, mas, a bem da objetividade, fornecer os elementos básicos que permitam entender minimamente a relevância de cada dimensão considerada para a transformação da cientificidade na ciência política. Não seria exagero considerar, que, a luz da voluminosa literatura disponível, cada seção desta exigiria um artigo individual.

6 Como é amplamente sabido nas teorias da mudança (Mahoney and Thelen, 2010; Rezende, 2012), estas são melhor explicadas por abordagens graduais em que se considera causas de natureza endógena e exógena.

7 Estes fatores foram selecionados de modo a garantir uma boa redução do problema e identificar os principais condicionantes que trouxeram uma modificação substancial dos valores em torno da cientificidade da ciência política. Claro está que estes fatores desencadearam uma gama de outras consequências intencionais e não intencionais sobre a organização e produção científica na disciplina, e, não podem ser explorados aqui por razões de espaço para um artigo.

passa a representar o caráter mais “compartilhado” das crenças e valores que orientam a produção na ciência política, sobretudo no que se refere às agendas de pesquisa, as teorias utilizadas, e, essencialmente quanto aos métodos e técnicas mobilizadas pela comunidade científica; o segundo, está diretamente associado ao impacto metodológico da obra *Designing Social Inquiry* de King, Keohane e Verba (1994) que introduziu novos parâmetros de cientificidade e especialmente trouxeram a tona a necessidade de conferir centralidade ao problema da inferência causal na ciência política. Por fim, consideramos como fundamental a importante reflexão proposta por Shapiro (2004) que lança o problema do gap entre teoria e realidade para a ciência política e aponta para a imperiosa necessidade de trazer a ciência política para lidar com problemas relevantes e mais acoplados a realidade empírica.

Quanto aos fatores exógenos a serem considerados na análise mencionaremos a importante dimensão de que a produção científica na ciência política contemporânea é condicionada pelas transformações ensejadas pelos processos de difusão da democracia, globalização, e, especialmente pelas mudanças tecnológicas associadas. O efeito mais visível destes processos sobre a cientificidade da ciência política se estrutura a partir da ampla disponibilidade de novas tecnologias, softwares para análise de dados e bancos de dados (informação). De forma radicalmente distinta de qualquer outro período da história da disciplina, a ciência política dispõe de amplos recursos para produzir conhecimento científico.

Analizando a produção em importantes periódicos Europeus e Norte-Americanos entre as décadas de 1970 e 1990, Norris (1997) reúne evidências para apontar na direção de que a Ciência Política Cosmopolita se constitui uma realidade. Com efeito, cientistas políticos, situados em diversos contextos e realidades, vem se debruçando sobre problemas de pesquisa, métodos e técnicas cada vez mais similares. Com efeito, a intensificação do fenômeno de globalização, e, a maior interação de pesquisadores de diversas tradições, aprofundou ao longo do último quarto de século um processo intenso de “convergência isomórfica” das agendas de pesquisa, a preocupação com o rigor metodológico, compartilhamento teórico, bem como a proliferação de estratégias analíticas para a geração de análise comparada inferencial.

Para Norris, a condição de Ciência Política Cosmopolita introduz um conjunto importante de transformações que impactam decisivamente sobre os valores em termos da sua cientificidade. A profissionalização das práticas e valores a partir do compartilhamento de instituições regionais e internacionais permite, por um lado, que os padrões de produção sejam cada vez mais “globalizados”. Por outro lado, se verifica uma amplificação dos processos de compartilhamento do conhecimento produzido em termos de problemas de pesquisa, métodos e teorias cada vez mais comuns.

No que se refere à produção científica propriamente dita, em função da noção de compartilhamento, a ciência política cosmopolita se orienta por cinco processos decisivos. A convergência metodológica se torna uma realidade crescente. Os cientistas políticos passam a ser cada vez mais “envoltos” por metodologias mais compartilhadas. A convergência das agendas de pesquisa entre diferentes realidades. A ampliação dos processos de internacionalização das publicações científicas. E uma expansão considerável das publicações compartilhadas envolvendo autores em diversas realidades.

O segundo fator endógeno considerado neste trabalho é a importante contribuição trazida por KKV (1994) em *Designing Social Inquiry*. Esta obra metodológica seminal lança as

bases para a introdução de novos padrões de cientificidade. Baseados na pressuposição da ciência como uma atividade compartilhada⁸, os autores chamam a atenção para uma concepção de cientificidade baseada em quatro valores fundamentais: a) a centralidade da inferência causal; b) a primazia dos métodos; c) a maior transparência na produção científica; e, d) a incerteza do conhecimento produzido.

A contribuição seminal dos autores se deve ao fato de conferir centralidade às inferências causais e sua conexão com os desenhos de pesquisa. A qualidade inferencial na ciência política é desejável, possível e diretamente articulada aos desenhos de pesquisa. De forma original, eles argumentam que as tradições quantitativas e qualitativas de pesquisa são guiadas similarmente pelas regras da inferência.

Neste sentido, a ciência política pós-KKV passou, de modo inédito, conquanto ciência empírica, a ser orientada pelo binômio desenho de pesquisa-inferência causal. Os desenhos de pesquisa podem conferir inferências causais de qualidade ampliando a confiabilidade, validade, a transparência, e, honestidade das análises. Para tanto, devem estar alinhados às regras de inferência.

Esta orientação metodológica alterou profundamente o status científico, o rigor e as práticas da pesquisa no interior da disciplina. A ciência política pós-KKV introduziu um novo universo de problemas e temas metodológicos diretamente articulados às questões de causalção, inferência, estimação, modelagem e, em termos mais amplos, para a qualidade dos desenhos de pesquisa. A consolidação institucional do campo conhecido como Metodologia Política, como exploraremos adiante, é uma consequência direta desta preocupação profissional.

Outro argumento considerado importante como referência para transformar a cientificidade da disciplina foi o argumento trazido por Shapiro (2002). Lastreado em uma forte crítica às “patologias” dos modelos de Escolha Racional que se tornaram hegemônicos na disciplina a partir dos anos 90. Shapiro considera que a Ciência Política deve ser útil e resolver o chamado problema do “flight from reality”, que expressa o usual gap entre a teoria (e os métodos) e os problemas do mundo real.

O principal problema enfrentado por uma ciência fortemente rigorosa, formal e orientada por inferência causal é a sua “propensão natural” a se distanciar de problemas que afligem o mundo real e que efetivamente importam (do ponto de vista teórico e empírico). Shapiro considera necessário que a Ciência Política Contemporânea seja orientada por maior aderência a relevância dos problemas do mundo real.

A principal implicação mais geral desta pressuposição é que os modelos e teorias gerados no interior da disciplina devam ser continuamente confrontados com problemas relevantes e empiricamente tratáveis. Não há equívoco em pautar a cientificidade da disciplina pelas inferências causais, mas, se faz necessário que a ciência política seja capaz de gerar conhecimento útil.

8 KKV consideram que a atividade científica é uma atividade social, i.e, compartilhada entre valores pela comunidade científica. Eles afirmam que “science at its best is a social enterprise”; p.9). Os autores consideram que o traço distintivo de uma contribuição científica se deve a combinação de dois elementos: a aderência a um conjunto de valores compartilhados pela comunidade científica, e, deve utilizar métodos e procedimentos “públicos” para gerar inferências causais.

Apresentados os fatores endógenos que contribuem para a transformação da cientificidade na Ciência Política, examinaremos os fatores exógenos. Chamamos a atenção para o importante fato de que a produção do conhecimento na disciplina hoje é fortemente condicionada por transformações tecnológicas promovidas por processos combinados de democracia, globalização e de mudanças na direção da sociedade de informação, que passam a ser prevalentes a partir dos anos 90 do século passado.

A cientificidade da Ciência Política é radicalmente alterada pela condição inédita de recursos tecnológicos e pela disponibilidade crescente de informação (e acesso) na forma de bancos de dados compartilhados pelos pesquisadores. Cientistas políticos contam na atualidade com uma massiva gama de ferramentas para coletar, sistematizar, e analisar dados, fato que torna a produção do conhecimento cada vez mais “compartilhada” entre diferentes realidades e passível de realizar tarefas analíticas absolutamente impensáveis há 20 anos. O escopo de possibilidades analíticas se torna amplamente mais largo na atualidade.

Pode-se afirmar que estamos vivenciando uma ciência política na era do “big data” em que uma massiva quantidade de dados é produzida e acessada numa velocidade absolutamente impressionante pelos “produtores” e “consumidores” do conhecimento científico. Como afirma Monroe (2013), existem cinco características fundamentais que orientam a produção do big data na Ciência Política: volume, variedade, velocidade, vinculação e validade. O padrão de cientificidade exibido pela disciplina permite que se exacerbem as interações entre a ciência computacional, a ciência política e a chamada data science.

Monroe et alli (2015) consideram que a interação da Ciência Política com tais campos tem introduzido substanciais inovações para a coleta de dados, manipulação, gestão de dados, extração de informação, bem como um amplo conjunto de técnicas inferenciais tais como “aprendizado estatístico ou artificial”. Os autores consideram que a utilização de “big data” é perfeitamente compatível com a produção de melhores inferências causais ou com os métodos mobilizados pela ciência política, ou mais amplamente nas ciências sociais.

Produzir conhecimento científico numa condição em que se produz uma considerável quantidade e diversidade de dados sobre interações de indivíduos e grupos sobre uma ampla diversidade de questões, tem introduzido uma série de novas possibilidades de interação com modelos formais e estratégias inferenciais que permitem trazer a tona inovações substanciais. Eles fornecem uma interessante discussão sobre como tais inovações tem contribuído para a ciência política produzir melhores desenhos experimentais; gerar melhores comparações entre populações de interesse; e, gerar observações mais relevantes sobre o comportamento político e social que eram difíceis de serem capturados por abordagens mais tradicionais.

A disponibilidade de dados tem sido acompanhada por uma expansão da oferta de tecnologias de análise de dados no plano mais individual ou organizacional. Uma das importantes manifestações visíveis deste processo se materializa na ampla disponibilidade de softwares para análise de dados que podem ser completamente acessíveis para pesquisadores individuais, organizações ou instituições de ensino e pesquisa tais como R, Stata, SPSS, SAS, NVIVO, QDAMAX Plus. Estas ferramentas criam uma nova fronteira de possibilidades na produção de análises cada vez mais sofisticadas seja na tradição da pesquisa quantitativa, qualitativa ou multi-método.

A quantidade de recursos gerados por tais softwares contribui para um aprofundamento considerável dos diálogos da ciência política com áreas como a matemática, a estatística e a econometria. A qualificação para o manejo adequado de tais ferramentas tem sido um importante insumo na formação das novas gerações de cientistas políticos. Um olhar atento pelos principais periódicos de alto impacto permite observar a proliferação de novas técnicas, métodos, e, possibilidades de análise de dados que são mobilizados pela produção atual que é imensamente diferente da produção anterior aos anos 90.

O ensino e a formação centrada nos métodos a partir do uso de tais softwares tem se tornando um importante fator “disciplinador” na institucionalização da ciência política. Raros são os cientistas políticos na atualidade que não consomem considerável tempo na qualificação para uso de tais ferramentas. Por exemplo, na atualidade, plataformas como o R tem sido um importante propulsor para que os cientistas políticos enveredem rapidamente por um maior investimento em atividades de programação para lidar melhor com os amplos recursos de tal plataforma. As possibilidades geradas pelo R para a produção de gráficos, análises de dados e pela realização de tarefas como extração on-line de informação, por exemplo, tem atraído sistematicamente a atenção da comunidade para investimentos substanciais nestas atividades.

Para além dos recursos tecnológicos propriamente ditos, existe uma nova condição de maior compartilhamento rápido e confiável de bases de dados observacionais e experimentais entre diversas redes de pesquisa. Este fator compartilhado reforça substancialmente a crença de que o conhecimento válido na Ciência Política seja cada vez mais fortemente orientado pelo pressuposto de integrar teorias e modelos aos dados empíricos via testes de hipóteses. Tal condição amplia as fronteiras de diálogo com análise estatística e a econometria para garantir a geração de inferências válidas. O acesso à dados comparativos compartilhados tornam maiores as possibilidades de operacionalização dos conceitos gerados pelas teorias.

Por fim, também fica claro que tais elementos potencializam de forma completamente inédita o acesso dos pesquisadores aos periódicos gerados pela disciplina. Esta característica termina por “ampliar o grau de compartilhamento” das ideias, valores e crenças sobre o que vem a ser a cientificidade na ciência política e permite uma institucionalização crescente de tais “parâmetros” que guiam a produção contemporânea. Nos concentraremos na seção seguinte em sete dimensões consideradas essenciais para compreender a cientificidade para o caso particular da ciência política pós-KKV.

3. DIMENSÕES DAS TRANSFORMAÇÕES METODOLÓGICAS

Nesta seção analisaremos “isoladamente” cada uma das 07 (sete) dimensões apresentadas na introdução como as principais instituições que moldam as novas concepções de cientificidade no estudo da política na atualidade.

3.1. Preocupação Crescente com Inferência Causal

A ciência política contemporânea possui como um dos seus principais princípios a orientação por gerar inferências causais válidas. A análise causal inferencial representa um dos seus propósitos fundamentais⁹ e, neste sentido, este campo disciplinar vem buscando en-

⁹ Dados empíricos apresentados por Box-Steffensmeier, Brady e Collier (2008) revelam que entre 1995 e

contrar estratégias analíticas capazes de gerar inferências diante de dados experimentais e observacionais. Gerring (2005), numa abordagem pragmática sobre causalidade, considera que as ciências sociais devem gerar conhecimento empírico confiável, objetivo, falseável, replicável, e inferencial. A questão da causalidade se torna decisiva¹⁰.

A conexão entre cientificidade e inferência está diretamente associada ao argumento seminal de King, Keohane e Verba (1994). Conforme já comentado na seção anterior, os autores situam a questão inferencial como um dos quatro elementos fundamentais da cientificidade na ciência política (e na ciência social, mais amplamente). Os autores lançam a tese da necessária conexão entre desenhos de pesquisa e qualidade inferencial, na qual a geração de conhecimento de forma mais aderente às “regras de inferência” permite elevar a qualidade da pesquisa empírica. Esta obra transformou as crenças e o comportamento da comunidade científica acerca do status epistêmico da questão inferencial na ciência política.

Na produção recente para o caso da ciência política pode ser identificada a coexistência de múltiplos caminhos para acessar causalidade empiricamente indo bem além da estimação de parâmetros em modelos lineares, como é típico da econometria aplicada. Observando amostras aleatórias na produção dos 20 Top Journals na Ciência Política, Rezende (2015) identifica que a ciência política é bem caracterizada por um “pluralismo inferencial” em que coexistem diversas lógicas e múltiplas avenidas para gerar inferências válidas. A suposição básica do pluralismo inferencial para gerar inferências causais válidas é que cientistas políticos situados em diferentes “quadrantes disciplinares” devem ter à disposição múltiplos padrões de causalidade. E de forma diferente da economia, nenhum destes modelos possui o monopólio legítimo da validade inferencial.

Em decorrência do forte interesse por inferência causal para conferir cientificidade, a ciência política se aproximaria de duas grandes categorias: a pesquisa experimental e observacional para acessar efeitos causais bem como compreender as causas dos efeitos¹¹. Como afirma Gerber (2004), a principal diferença concreta entre estes dois tipos reside na possibilidade de randomização para a geração dos dados.

Existem quatro lógicas fundamentais para entender causalidade na ciência social, as quais que se aplicam diretamente ao caso da ciência política: os modelos covariacionais, os experimentais, os contrafactuais, e os mecanismos causais. Ele considera que existem inferências de maior qualidade e estas possuem quatro características que ele enuncia em alguns princípios básicos: (a) “no covariation, no causation” - covariação entre causas e efeitos; (b) “no counterfactuals, no causation” em que não existe um dado efeito causal quando a causa não opera em uma realidade contrafactual; (c) “no manipulation, no causation” – em que

1999 aproximadamente 33% dos artigos publicados na American Political Science Review (APSR) e 19% de todos os periódicos veiculados no JSTOR utilizam a expressão “inferência causal”. Eles observam que quando consideram a expressão “causa” tal percentual se eleva para 67% para o APSR e para o patamar de 60% para todos os periódicos do JSTOR. Estes dados tendem a se elevar se considerarmos o período posterior analisado pelos autores.

10 A pesquisa empírica de qualidade possui duas características básicas: gerar inferências causais a partir dos dados coletados e tal processo deve atender as “regras inferenciais” (King and Epstein, 2011. p.14)

11 Como afirma Przeworski (2009), considerável parte dos problemas tratados pela política comparada envolvem a demanda por compreender o impacto de uma variável X em outra Y, em que usualmente as variáveis dependentes são instituições, políticas, ou certos eventos, em condições que os experimentos não são possíveis.

efeitos causais podem ser gerados a partir de condições experimentais em que as causas são efetivamente manipuladas pelo pesquisador; e (d) “no mechanism, no causation” – em que a conexão entre causas e efeitos exigem a presença de mecanismos causais identificáveis (Brady, 2008. p.218)

A base para estes modelos de causação é a lógica dos resultados potenciais (potential outcomes) que é conhecido como o modelo Neyman-Rubin-Holland que foi originalmente concebido para os desenhos experimentais e, depois, como mostram Angrist e Prischke (2009), esta lógica foi expandida para a pesquisa observacional.

O modelo de resultados potenciais busca “encontrar uma saída” para o conhecido problema central da inferência causal em que se afirma categoricamente que: é impossível observar em simultâneo uma mesma unidade de análise sendo exposta a condição de tratamento e de controle. Para gerar inferências causais e acessar efeitos se faz necessário construir situações contrafactuais (Morgan e Winship, 2007) que efetivamente permitam comparar os casos. Quando a randomização é possível, os grupos contrafactuais são gerados “naturalmente”. O problema se torna mais agudo quando se está diante de dados observacionais.

Quando a randomização não é possível, como nos estudos observacionais, outras técnicas tais como pareamento (matching), propensity score analysis e outras técnicas são utilizadas. O problema central nas pesquisas observacionais é o de como controlar os “confounders” que tendem a afetar substancialmente os resultados inferenciais quando não controlados de forma adequada. Imai et al. (2011) considera que quando estamos diante de estudos experimentais o efeito médio pode ser encontrado pelo estimador da diferença entre médias. Os autores consideram que a principal vantagem do modelo de resultados potenciais está relacionada a atenção que podem oferecer ao conhecido problema da heterogeneidade causal que usualmente não é adequadamente capturada por modelos de regressão linear, dado que esta é usualmente “colocada” no termo de erro. Premissas de exogeneidade são de fato insuficientes para compreender e identificar os mecanismos causais envolvidos em uma proposição causal.

Sekhon (2009) considera haver três caminhos básicos para a geração de inferências causais na tradição quantitativa na ciência política: a experimental, as inferências centradas em modelos e as orientadas por desenhos de pesquisa. O primeiro deles remonta a tradição experimental que foi o principal valor formador na ciência política norte-americana no início do século desde Merriam¹². O padrão mais frequente é aquele em que inferências são geradas a partir de modelos que envolvem proposições causais, orientados por teoria e testadas através das regressões multivariadas. A tradição mais moderna focaliza nos desenhos de pesquisa. De toda forma, desenhos de pesquisa quase sempre buscam construir alternativas ao experimento para superar condições experimentais imperfeitas para gerar inferências causais, como comentaremos adiante.

Pode-se sem exagero considerar na atualidade, que sem um desenho de pesquisa adequado para acessar inferências causais, é pouco provável que a análise econométrica ou análise estatística possa gerar conhecimento que permita ir além de relações de covariação entre variáveis. A existência de condições artificiais de controle, manipulabilidade e atenção crucial aos desenhos de pesquisa (e em que condições estes devem ser aplicadas), se mostra

12 Para entender o papel da tradição experimental na Ciência Política norte-americana nos seus anos formativos ver o artigo seminal de Merriam (1921)

decisiva para produzir inferências causais válidas. Esta crença vem alterando sensivelmente a ciência política na direção de construir desenhos de pesquisa – experimentais, quasi-experimentais, ou comparados – que de fato gerem maior conhecimento inferencial. Esta característica tem ampliado o grau de rigor e sofisticação metodológica na produção recente.

Um dos efeitos característicos desta lógica reside na crescente relevância do “problema inferencial” na ciência política empírica em diversos países. Assim como na econometria, a ciência política busca atingir o modelo causal-inferencial para a produção do conhecimento como um ideal. No limite, a ciência política estaria se aproximando mais sistematicamente do “modelo ideal de pesquisa empírica” proposto por Angrist e Pischke (2009) na análise econométrica. Para tais autores, a ciência empírica moderna deve, portanto, ser lastreada em questões causais empiricamente tratáveis e deve essencialmente conter em suas análises os seguintes elementos fundacionais: (a) uma proposição causal; (b) “experimento ideal”; (c) estratégias de identificação; e, por fim, a (d) inferência causal.

A importância crescente das inferências tem tornado uma realidade a construção de desenhos de pesquisa que tenham uma considerável aproximação com o “ideal experimental”. Com efeito, para o caso da ciência política, como argumentamos mais adiante, tal preocupação se traduz na proliferação de inovações nos desenhos de pesquisa mais rigorosos. Na ciência política coexiste ampla ecologia de possibilidades envolvendo experimentos, quasi-experimentos, estudos comparados e estudos de caso (Gerring, 2005; Rohlfing, 2012, e.g.) para gerar inferências causais válidas. Esta configuração característica permite supor a ideia de pluralismo inferencial.

3.2. Orientação por Modelos Hipotético-Dedutivos

A produção na Ciência Política Contemporânea é fortemente pautada por uma aderência aos modelos hipotético-dedutivos (H-D). Esta crença representa uma orientação clara para atender as demandas por gerar teorias falseáveis, orientação por modelos formais e, essencialmente, pelo uso intensivo testes de hipóteses. A concepção fundante é que as teorias geradas devem permitir confirmação empírica. Este valor atribuído aos modelos H-D trazem a tona a necessidade de tornar a ciência política mais próxima da economia indo além de uma ciência meramente discursiva.

Os modelos H-D são construídos a partir de uma lógica simples. Teorias e modelos formais são construídos de forma a permitir falsificação empírica; destas são geradas implicações na forma de hipóteses, as quais são testadas diante de dados empíricos. A corroboração das teorias a partir de métodos estatísticos e técnicas de análise de dados representa o elemento fundamental. Neste sentido, o princípio popperiano de cientificidade atrelado à falseabilidade ainda encontra substancial espaço.

Esta crença em torno dos modelos hipotéticos se institucionalizou na Ciência Política a partir dos anos 2000 com a formulação do EITM – Empirical Implications of Theoretical Models, programa desenvolvido pelo Political Science Program da National Science Foundation. Este programa tem tido substanciais impactos na orientação da pesquisa científica desde então com larga influência nos padrões de cientificidade disciplinar em vários países. O impacto deste projeto na produção disciplinar, na formação profissional e na reorganização do conceito de cientificidade é de suma importância para entender a natureza da

produção na pesquisa de alto impacto.

Baseado nas ideias da Comissão Crowles¹³ nos anos 30, o principal propósito do projeto EITM é o de “reduzir o déficit” entre os modelos formais e a análise empírica que eram pervasivos na ciência política como bem observado por Morton (1999). A combinação adequada entre estas duas lógicas permite introduzir vantagens comparativas para a geração de conhecimento científico válido. Por um lado, o projeto considera que a utilização intensiva de modelos formais permite que se possam contemplar estratégias de modelagem dedutiva a partir de teoremas e demonstrações de prova ou simulações computacionais. Por outro lado, a maior orientação para gerar análise empírica para testes de hipóteses demanda o uso intensivo de ferramentas estatísticas para análise de dados.

A utilização dos modelos formais supostamente introduz a maior demanda por clarificação no que se refere às premissas e conceitos fundamentais mobilizados; introduzem uma maior consistência lógica que amplia o rigor disciplinar; e, permite, ao mesmo tempo, gerar maior espaço para as estratégias de identificação que possam de fato compreender como determinados mecanismos produzem certos resultados na realidade analisada. Por seu turno, as análises estatísticas permitem oferecer maior capacidade de generalização das análises e auxiliar na tomada de decisões mais robustas sobre a eliminação de hipóteses rivais com base em análise multivariada. Por outro lado, a análise estatística permite identificar causas e efeitos, tratar problemas de causalção reversa, e estimar os efeitos causais num dado modelo.

Como afirmam Granato et alli (2004), O EITM se pauta pela institucionalização de três elementos decisivos. O primeiro reside em gerar uma estratégia de incentivos para que a Ciência Política possa se pautar pela noção de cumulatividade na produção do conhecimento. O segundo elemento, fortemente apoiado nas pressuposições da Comissão Crowles, busca promover a cientificidade a partir de maior interação com disciplinas como economia, estatística e matemática para fomentar a conexão necessária entre os modelos formais e a análise estatística. O terceiro objetivo fundamental do projeto é ir além das proposições da Comissão Crowles, e gerar estratégias claras de gerar inferências causais com ênfase em identificação.

Granato e Scioli (2004) mostram que, no contexto do EITM, a pesquisa na ciência política é orientada por cinco valores fundante: (1) a orientação por teoria que deve ser gerada a partir de estudos de caso, pesquisas de campo, ou por “problemas de pesquisa”; (2) modelos formais que possam identificar as conexões causais relevantes; (3) estratégia analítica dedutiva a partir de hipóteses falseáveis/testáveis; (4) considerável esforço de mensuração e considerável atenção aos desenhos de pesquisa; (5) estratégias de coleta, sistematização e análise de dados.

A crença fundamental que lastreia o projeto é a noção de conexão entre teorias e dados. Esta característica permite gerar maior capacidade explicativa, modelos empíricos mais consistentes e gerar deduções relevantes no conhecimento. A conexão entre modelos formais e dados permite que os cientistas construam teorias que possam ser de fato testadas, i.e, falseadas, com os dados, rejeitando claramente a construção de teorias que não podem

13 A Comissão Crowles foi criada nos anos 30 por 6 economistas para promover e incentivar o desenvolvimento dos métodos formais – matemáticos e estatísticos - de análise para aplicação na economia e ciências sociais.

ser operacionalizadas ou convertidas em hipóteses testáveis como ainda acontece em outras áreas das ciências sociais. O requisito do teste permite que o conhecimento gerado seja mais capaz de gerar inferências válidas.

Os modelos EITM não se restringem, neste sentido, a utilização de métodos quantitativos para testes. Análises qualitativas podem ser consideradas fundamentais para validar conceitos gerados na teoria, ou mesmo para compreender mecanismos causais relevantes. Os métodos quantitativos e qualitativos devem ser considerados complementares e que se retroalimentam. Na realidade, a pesquisa multimétodo deve ser considerada como preferível.

O impacto deste importante projeto é decisivo para consolidar uma nova concepção de cientificidade a partir da formação continuada. Aldrich, Alt e Lupia (2008) revelam que, logo em seguida ao lançamento do programa em 2001 pela NSF, foram incentivados a difusão de cursos de verão em importantes universidades como Berkeley, Duke, Harvard, Michigan, UCLA e Washington University envolvendo centenas de participantes. Estes treinamentos foram expandidos para um amplo conjunto de Universidades no mundo. Os treinamentos introduzem fortemente a noção de que os desenhos de pesquisa centrados em modelos formais e análise empírica podem de fato gerar credibilidade para a pesquisa.

3.3. Desenhos de Pesquisa

Conforme mencionado na seção anterior, o “efeito disciplinador” gerado por KKV expandiu a reflexão metodológica acerca das possibilidades inferenciais e suas conexões com os desenhos de pesquisa. A conexão entre desenhos de pesquisa e qualidade inferencial representa um dos mais importantes valores que afetam a produção de ponta na ciência política.

A ciência política vem se orientando progressivamente pela recomendação clássica proposta por Rubin de que “os desenhos de pesquisa preponderam sobre a análise” (Design Trumps Analysis) e alterado substancialmente sua cientificidade, estando muito próxima das iniciativas geradas pela econometria aplicada. Com efeito, a ciência política cada vez mais orientada por modelos hipotético-dedutivos e geração de inferências causais passa pela tentativa de compreender como desenhos de pesquisa - experimental ou observacional - podem de fato gerar inferências válidas. De forma mais ampla, a pesquisa orientada por inferências passa na atualidade por duas lógicas: a experimental e a observacional.

Morton e Williams (2010) consideram que a demanda crescente por experimentos - em suas diversas variantes - na ciência política deriva de duas razões básicas: em primeiro, esta decorre da continuada “falha” dos métodos quantitativos tradicionais em oferecer respostas mais satisfatórias à demanda por inferência causal. Green e Gerber (2009) consideram também o importante fato da “exaustão” dos desenhos observacionais de pesquisa conduz a entrada em cena de maior demanda por modelos experimentais.

Uma das questões mais intrigantes está relacionada aos critérios que fundamentam a decisão de pesquisadores em optar por experimentos. Uma das mais satisfatórias respostas é formulada por Gerber (2004) no Teorema da Ilusão Observacional. Ele sugere que, mesmo diante de grandes amostras, erros inferenciais graves podem comprometer os desenhos de pesquisa quando os potenciais vieses ameaçam a eficiência e consistência dos estimadores. Diante de elevada variância do viés (bias variance), os dados (e resultados) gerados pela pesquisa observacional representam limites para que se possa de fato avançar na produção

do conhecimento inferencial. Para superar tais problemas, os experimentos são considerados como fundamentais para expandir o conhecimento causal.

Uma das características marcantes da ciência política na última década é o retorno a “razão experimental” que marcou o nascedouro do estudo científico da política nos anos 30 do século passado nos EUA. O retorno ao experimentalismo vem considerando seriamente a intensificação do uso de desenhos de pesquisa experimental quando as condições se apresentam propícias. Em suas diversas variantes – experimentos de campo, experimentos naturais, experimentos de laboratório, experimentos de survey –, as metodologias experimentais vêm adquirindo consistência, sofisticação e um conjunto de “vantagens comparativas” para produzir inferências causais em contraste com os estudos observacionais.

De forma mais ampla, o emprego mais intensivo de desenhos experimentais na ciência política emerge como uma das mais importantes tendências metodológicas e se constitui uma importante resposta a três grandes problemas: a) expandir os modelos clássicos de estimação via regressão linear; b) ampliar a sofisticação metodológica para gerar controle sobre vieses e reduzir os efeitos de outros fatores causais; c) expandir a qualidade inferencial ampliando o rigor sobre os problemas da validade interna e externa; e por fim, d) permitir formas mais robustas de integrar métodos quantitativos e qualitativos.

A superioridade dos métodos experimentais para a geração de inferências causais tem produzido fortes incentivos para que se leve a sério a preocupação em introduzir estratégias de randomização e manipulação que possam superar o conhecido problema dos não-observáveis (confounders) nos modelos. Este problema representa uma séria limitação das análises que se valem exclusivamente de dados observacionais.

Quando a randomização é imperfeita e os dados são gerados por pesquisa observacional, os desenhos quasi-experimentais passam a ser a opção preferível na confecção de desenhos de pesquisa. Campbell, Cook e Shadish (2002) sugerem que diante de controles e randomização “imperfeitos”, os desenhos de pesquisa devem ser considerados como quasi-experimentais, situação típica em que os estudos observacionais permitem gerar inferências a partir de controles “similares” às condições experimentais ideais. Collier et al (2004) considera que estes desenhos enfrentam obstáculos e ameaças similares aos experimentos no que se refere à geração de inferências causais, o que garante que eles sejam considerados como “se fossem”, em alguma medida, experimentos.

As possibilidades experimentais imperfeitas tem sido campo privilegiado de surgimento de consideráveis inovações em desenhos de pesquisa que mobilizam estudos observacionais. O problema de como gerar inferências causais diante de condições experimentais imperfeitas, diante de fortes problemas de endogeneidade (Przeworski, 2007) e pelo continuado problema das variáveis omitidas, bem como de outras formas de ameaças à validade interna e externa, faz com que os quasi-experimentos sejam um dos campos privilegiados de inovação em termos de design para estimação de efeitos causais. Não à toa, considerável parte da produção de ponta mobiliza desenhos de pesquisas na forma de regressões descontínuas, variáveis instrumentais, diferenças duplas, modelos hierárquicos e controles sintéticos (Abadie et al, 2012).

Este campo também tem sido responsável pela produção de inovações sensíveis em amplos campos da ciência política empírica. Neste sentido, a ciência política estaria cada vez mais

se alinhando com a proposição de Angrist e Pischke (2009) de que uma das principais decisões na confecção de um desenho de pesquisa está associada à importante questão de encontrar “um experimento ideal” para que se possa estudar adequadamente uma proposição causal específica orientada por teoria.

O ponto crítico dos desenhos de pesquisa observacional, típicos nas ciências sociais e em particular na ciência política, reside no fato de que, mesmo quando estas condições são presentes, existe a forte possibilidade de que os confounders ou “outros fatores não-observados” na diferença entre os grupos de controle e tratamento possam afetar os resultados. A atenção a este problema faz com que os desenhos de pesquisa quasi-experimentais sejam complementados por outras formas de pensar e de manipular a causalção, como a questão dos contrafactuais, dos mecanismos e das estratégias inferenciais com poucos casos. O desafio central reside em encontrar alternativas para combinar desenhos de pesquisa para reduzir as ameaças à validade interna e externa.

Para além dos desenhos de pesquisa quasi-experimentais mencionados, se verifica no caso particular da ciência política a introdução de três importantes tipos de desenhos de pesquisa que cada vez assumem mais status na análise: os estudos de caso, as abordagens do tipo process-tracing e os métodos configuracionais qualitativos (QCA). Estas formas são consideradas como válidas na ciência política para gerar inferências.

Os estudos de caso (Gerring, 2004, 2005; Rohlfing, 2012; Rezende, 2011) tem sido um dos campos privilegiados na ciência política tanto na perspectiva experimental (que usualmente são fortes em validade interna) como nas formas tradicionais da pesquisa small-n. Estes são considerados alternativas aos “experimentos controlados” quando se quer compreender causalção com atenção especial às condições e aos mecanismos causais, ou lidar com problemas ligados a endogeneidade

Os processos de formalização e de elevação do rigor nas metodologias comparativas continuam a apontar para os estudos de caso como fontes legítimas e potencialmente heurísticas para gerar conhecimento teórico bem como sobre causalção. Casos não se prestam apenas para produzir conhecimento descritivo, mas, sim, para fazer avançar o conhecimento num mundo em que os fenômenos são carregados de endogeneidade, complexidade causal e dependência de condições específicas. Casos podem ser ferramentas relevantes para compreender a diversidade de padrões causais, a direção das causalidades e, mais importante, para observar o grau de relação não-espúria (nonspuriousness) num dado desenho de pesquisa. A conexão entre casos e teorias vem sendo cada vez mais frequente e recomendadas como estratégias analíticas válidas.

As abordagens do tipo process-tracing (Beach e Pedersen, 2013) representam alternativas válidas quando a atenção dos pesquisadores se voltam para mergulhar na conexão entre agentes, instituições e contextos para produzir explicações causais satisfatórias a partir de mecanismos. A atenção aos processos causais tem auferido substancial relevância quando se trata de produzir inferências centradas em mecanismos causais. George e Bennet (2005) consideram que as estratégias de process-tracing buscam identificar os processos causais intervenientes que conectam variáveis independentes a uma dada variável dependente. Estes modelos são ideais quando se deseja penetrar de fato na “ampla cadeia” de mecanismos causais que estão operando numa dada realidade, que usualmente é feita a partir do uso de estudos de caso.

Por fim, a ciência política também tem observado a introdução dos chamados métodos configuracionais – set-theoretical methods (Weller e Barnes, 2014). Baseados numa lógica booleana originalmente desenvolvida por Ragin (1989) para pensar causalção, estes métodos mobilizam vários tipos de estratégias e técnicas para formar conceitos, criar tipologias e produzir interpretação causal¹⁴ tais como os fuzzy sets QCA¹⁵, crisp QCA, Multi-Value QCA, Temporal QCA, por exemplo.

Os métodos configuracionais introduzem uma nova lógica para gerar inferências causais a partir de desenhos de pesquisa small-n em que se permite compreender como condições – necessárias, suficientes, ou combinações destas – podem gerar análises causais a partir das chamadas “truth tables”. Estes desenhos de pesquisa são utilizados especialmente quando os pesquisadores estão diante de padrões de complexidade causal marcados por equifinalidade (causação múltipla), causação conjunta e assimetria causal.

3.4. Integração entre Métodos Quantitativos e Qualitativos

Um dos valores decisivos para a ciência política passa pelas possibilidades efetivas da conexão entre as estratégias quantitativas e qualitativas de análise para a produção de inferências causais. A ciência política tem buscado introduzir progressivamente a conexão entre os métodos desde a argumentação original proposta por King, Keohane e Verba (1994) sobre a unificação metodológica.

Os autores supõem haver uma lógica inferencial comum entre os dois universos de pesquisa. O argumento reside no fato de não haver diferenças substanciais entre os métodos quantitativos e qualitativos, os quais devem ser guiados, orientados e estruturados, a partir de uma lógica semelhante para a geração de inferências causais. Esta crença básica alterou profundamente as percepções da comunidade científica sobre a questão da integração entre estes dois universos.

O impacto deste argumento foi fundamental. Ele trouxe uma significativa reconfiguração dos debates metodológicos no interior da disciplina, especialmente no que se refere ao uso de métodos qualitativos para a produção de inferência causal e das formas possíveis de integração que historicamente conviviam com fortes clivagens em termos de suas lógicas e de seus propósitos. A lógica unificadora tem gerado um gradual processo de erosão de crenças tradicionais, podendo-se identificar um novo momento de transformação institucional profunda na disciplina em que a pesquisa multimétodo passa a ser desejável como ideal.

Um dos importantes impactos gerados por este trabalho é a geração de estudos metodológicos, que abrem novas possibilidades e fronteiras sobre os desenhos de pesquisa oferecendo respostas férteis ao “problema da unificação metodológica” para a produção de inferências causais na pesquisa qualitativa. Mesmo autores que não concordam diretamente com tal posição (Brady, Collier e Seawright, 2004, Mahoney, 2010, Mahoney e Goertz, 2006; 2012), tem contribuído decisivamente para trazer os “métodos qualitativos” para serem reformulados sobre parâmetros de qualidade inferencial.

O problema da integração entre desenhos de pesquisa quantitativos e qualitativos representa, portanto, uma das principais áreas de preocupação nos debates recentes na ciência

14 APSA (2014) oferece avaliação sobre os limites dos métodos configuracionais na ciência política.

15 Para uma crítica atualizada dos limites dos métodos fuzzy ver Kroglund et al. (2015).

política e uma expressiva quantidade de trabalhos vêm criando oportunidades para uma maior consciência metodológica sobre tal problema. Mais do que qualquer outro campo das ciências sociais, existe na ciência política ainda um forte compromisso com a questão da causalidade, causação e da inferência causal e refletir sobre as bases de viabilidade da integração assume uma importância cristalina nos debates contemporâneos. A produção de teorias, explicações, modelos e testes mais robustos depende de como é possível promover a construção de perspectivas mais frutíferas sobre como integrar os paradigmas quantitativos e qualitativos.

O problema central nestas reflexões recai sobre as condições específicas que permitem pensar a inferência causal (e a explicação) a partir de uma perspectiva mais “integrada” como ideal. Longe de pensar em que estes universos são imiscíveis ou mesmo incompatíveis, as discussões se pautam para elucidar mais claramente as fronteiras de integração e diferenciação entre os métodos (Rezende, 2011). A questão fundamental reside em compreender as condições que tornam possível a integração ou a diferenciação entre as abordagens em desenhos de pesquisa específicos. Como afirma o estudo seminal de Ahmed e Sil (2012), o problema de como integrar métodos na realidade “objetiva” da pesquisa prática assume centralidade.

Por que a integração entre métodos seria desejável como ideal de cientificidade? Fearon e Laitin (2008) consideram que a crença em torno dos desenhos de pesquisa integrados tem se tornado altamente popular na ciência política e em grande parte isto se deve ao reconhecimento dos limites da validade da pesquisa quantitativa tradicional para gerar conhecimento inferencial. Os autores consideram que as estratégias integradas, quando bem sucedidas, ampliam as chances efetivas de combinar o poder das análises quantitativas com os estudos de caso e small-n para ampliar as chances de melhores inferências.

Por um lado, a dimensão quantitativa seria mais frutífera para permitir a identificação de padrões causais e regularidades empíricas, apoiada por análise estatística, e, por outro, a dimensão qualitativa – usualmente na forma de estudos de caso e small-n – seria voltada para gerar conhecimento sobre mecanismos causais que geram os fenômenos de interesses em dados contextos. A complementariedade entre os métodos seria, portanto, um “equilíbrio” desejável.

Um dos argumentos centrais para a questão da integração via complementariedade é proposta por Tarrow (1995). A tese da complementariedade entre os métodos proposta por Tarrow (1995) supõe que a qualidade da integração entre os métodos passa a depender de como os pesquisadores compreendam a lógica (e o papel) da divisão de trabalho entre os métodos: a pesquisa qualitativa se volte para identificar a dimensão não-sistemática da realidade e sua lógica de variação entre contextos. Por outro lado, a dimensão sistemática da realidade, usualmente expressa a partir de regularidades causais, deve ser apreendida pelos métodos quantitativos.

A segunda vantagem para a integração reside no argumento de que esta gera uma maior qualidade da inferência e a maior redução de erros, ampliando assim, a eficiência analítica e o poder explicativo dos estudos comparativos. A crença em torno da viabilidade de concepções integradas se organiza em torno do pressuposto de que “princípios científicos compartilhados” entre tradições quantitativas e qualitativas tais como a falseabilidade, a parcimônia, a redução, a coerência lógica, a validade devem estar presentes nos desenhos

de pesquisa para assegurar maiores chances de promover maior qualidade inferencial.

A crescente institucionalização desta crença como uma das formas mais benéficas de operacionalizar a difusão dos benefícios do pluralismo metodológico (e do ecletismo analítico) tem sido uma tônica na ciência política contemporânea dando lugar a concepções exemplares. Exemplos claros desta integração têm influenciado de forma substancial os padrões de cientificidade da ciência política contemporânea.

Um deles está na clara concepção integrativa tripartite para o “disciplinamento da ciência política conquanto ciência”, tal qual sugerido por Laitin (2002). Ele se lastreia numa concepção de cientificidade que envolve o uso combinado de modelos formais, análises estatísticas e análise qualitativa voltadas para ampliar a qualidade inferencial. A noção de integração também está clara na formulação de “nested analysis” proposta por Lieberman (2005), onde o emprego simultâneo de estratégias large e small-n para a identificação dos casos, para a geração de explicações historicamente situadas, bem como para gerar hipóteses que possam ser testadas em uma população mais abrangente, aparece como fator decisivo para a qualidade das inferências causais.

Conhecidas as vantagens comparativas em torno da integração, é importante salientar que a confecção de estratégias integrativas na pesquisa comparativa encontra sensíveis limites.

Embora desejável, a integração nem sempre é factível e precisamos entender em torno de que questões (ou temas) se fundamentam tais limites. A compreensão destes limites, portanto, permite que o pesquisador compreenda com maior profundidade quais as questões decisivas para gerar desenhos de pesquisa integrados. Existem tensões entre as abordagens qualitativas e quantitativas, que são decisivas para a estruturação destes limites. A primeira delas recai sobre as possibilidades de integração entre ontologias e metodologias; a segunda reside na questão complexa das múltiplas concepções sobre inferência causal, sobre causalção, ou mesmo sobre causalidade; a terceira gira em torno das diferentes percepções em torno do que vem a ser a validade externa e interna; e, por fim, a questão da complexidade causal.

Hall (2003) considera haver um descompasso crescente entre as “ontologias” dos modelos de análise estatística e os métodos comparativos tradicionais (pesquisa qualitativa e small-n), constituindo-se num dilema fundamental para a ciência política e suas possibilidades inferenciais. Ele considera que os modelos comparativos vêm cada vez mais tentando incorporar elementos analíticos fundamentais tais como causalção conjunta, complexidade causal, agência, equifinalidade, que são incompatíveis com os pressupostos fundamentais da análise estatística tradicional

Neste sentido, como argumentam Ahmed e Sil (2012) a questão da integração está associada às possibilidades efetivas de alinhamento ontológica e as concepções associadas de causalidade entre dois ou mais métodos. Quando as condições ontológicas não permitem a integração, por conterem concepções incompatíveis de causalidade (ou de causalção), os desenhos de pesquisa integrados podem, ao contrário do que se supõe, gerar erros e gerar problemas inferenciais. Este fato se mostra absolutamente importante dado que, nem sempre, a eficiência analítica da integração seria maior em relação aos desenhos não-integrados. A dimensão mais importante ligada a escolha dos métodos reside não na questão de pesquisa como alguns autores mecanicamente supõem, mas, nas condições ontológicas de

contorno que fornecem sentido a potencial integração entre métodos. Este ponto se alinha com a questão da demarcação essencial proposta no artigo. O método não tem prevalência sobre a ontologia, mas, sim o contrário.

Outro ponto relevante reside nas percepções que quantitativistas e qualitativas possuem sobre validade interna e externa. Desenhos de pesquisa usualmente envolvem duas questões fundamentais sobre o “problema da inferência”: a questão da qualidade inferencial (questões relativas à validade interna ou credibilidade); e, a questão da capacidade de transferência inferencial (validade externa ou transmissibilidade). Nem sempre existem “acordos possíveis” entre tais dimensões e o pesquisador deve estar consciente de quando e como devem ser estas questões integradas.

Mahoney (2008) sugere um importante olhar integrativo diante deste dilema, ao propor a validade de uma teoria unificada de causalidade a qual torna possível fazer com que a “linguagem” de variáveis e mecanismos causais seja comum aos universos quantitativos e qualitativos. Ele argumenta que estudos de casos e análises de regressão multivariada exibem diferentes lógicas para atingir diferentes propósitos: por um lado, estudos de caso buscam compreender porque determinados resultados ocorreram em condições específicas; por outro lado, as análises de regressão são concebidos para estimar os efeitos médios das causas. O poder analítico dos estudos de caso reside na habilidade dos mesmos em identificar e analisar os processos causais e nestes casos se pode verificar quase sempre endogeneidade intensa e os efeitos causais de complexa interdependência entre as variáveis está presente.

Idealmente, qualquer tentativa de explicação integrada deve mobilizar elementos que informem sobre a integração de conceitos. Para os quantitativistas, a posição ideal seria aquela em que os conceitos sejam “perfeitamente” operacionalizados em variáveis mensuráveis para análise e testes de hipóteses pela análise estatística. Esta visão “reduzida” da realidade supõe ser possível que conceitos devem ser simples, claros e objetivos, permitindo que a precisão seja alcançada. Os qualitativistas, por contraste, usualmente consideram que conceitos (e questões de pesquisa) mobilizados pela ciência política são complexos, multidimensionais e polissêmicos, tornando complexa, quando não impossível, de gerar uma operacionalização adequada para a análise empírica, em termos ideais.

3.5. Ecletismo Analítico

O ecletismo analítico representa outro importante valor compartilhado para a cientificidade da ciência política contemporânea. Originalmente proposto por Sil e Katzenstein (2012), o ecletismo analítico representa uma alternativa plausível para lidar com o conhecido problema do “flight from reality”, levantado por Shapiro (2005), o qual é bem caracterizado pela tensão entre os debates teóricos e as demandas por conhecimento prático no mundo empírico, como comentado anteriormente.

A ciência política é constantemente pressionada por oferecer explicações causais relevantes diante de uma realidade multidimensional, dinâmica, complexa e bem caracterizada por elevado grau de endogeneidade. Estes fatores, por um lado, fazem com que a explicação política demande modelos e teorias de elevada complexidade, pois, usualmente envolvem causas e mecanismos causais que se situam nas instituições, na cultura e história, e ainda demandam a necessária presença de agentes racionais. Por outro lado, por ser uma ciência

que lida mais de perto com problemas reais que diretamente afetam a vida de grandes coletividades, existe uma considerável demanda por parte de diversas instâncias produtoras do conhecimento para gerar conhecimento útil que possam de fato contribuir para a intervenção via políticas públicas.

Para lidar com todos estes problemas, a estratégia sugerida pelo ecletismo analítico passa por superar as concepções tradicionais de pesquisa, que tendem a ser organizadas a partir de paradigmas ou tradições de pesquisa isoladas, e passe a combinar insumos gerados por vários modelos e teorias gerados no interior da disciplina. Esta crença vem alterando substancialmente a forma como o conhecimento científico é gerado na ciência política, especialmente em seus campos mais aplicados, como é o caso das relações internacionais, ou na área de políticas públicas.

A pressuposição fundamental do ecletismo analítico reside na crença de que, num contexto de abundância de teorias, modelos ou paradigmas para competir por melhores explicações científicas diante de problemas de elevada complexidade no mundo real, se faz necessário introduzir esforços de “flexibilização” entre paradigmas de pesquisa na produção de melhores inferências causais e conhecimento relevante na ciência política. Esta perspectiva requer novas formas de pensar sobre premissas, conceitos fundamentais, teorias, a organização disciplinar e, essencialmente, sobre a conexão com problemas reais relevantes.

A principal implicação desta crença é que pesquisa científica na ciência política deve se orientar pela pressuposição de que nenhum paradigma teórico possui isoladamente o monopólio legítimo da superioridade analítica. Neste sentido, se faz necessário considerar seriamente a conexão ou redução de barreiras entre conceitos, evidências e análises causais geradas a partir de paradigmas tradicionalmente considerados como “incompatíveis”. Esta suposição, indo muito além da simples questão da “integração”, envolve o esforço de explorar conexões ocultas entre teorias e modelos no sentido de gerar novas abordagens e inovações para análise de fenômenos relevantes aplicados ao mundo real.

A principal vantagem comparativa do ecletismo analítico reside na ampliação das possibilidades para a geração de inovações conceituais, teóricas, e explicações causais produzidas. Rejeitando a posição de que as explicações devem se confinar aos limites específicos no interior de um dado paradigma (que os autores chamam de *paradigm-bounded research*), o ecletismo torna possível gerar análises mais potentes mesclando de forma criativa e consistente contribuições geradas em diversas tradições de pesquisa, que, usualmente, são mobilizadas de forma “isolada”.

A posição eclética requer que os cientistas políticos passem progressivamente a abandonar suas “narrativas e modelos preferidos” e passem a perseguir respostas mais satisfatórias ampliando o leque de fatores causais relevantes e de mecanismos causais envolvidos na construção de explicações sobre um fenômeno particular. A ampliação das fronteiras paradigmáticas permite que seja possível lidar criativamente com novas possibilidades analíticas.

O ecletismo analítico não deve ser confundido com a pesquisa multimétodo na ciência política. Para entender mais adequadamente fenômenos complexos que envolvem várias dimensões de análise e que requer grande dose de contextualidade, as explicações em Ciência Política devem ser mais atentas a uma ampla gama de contribuições geradas por diversos

paradigmas. Neste sentido, se faz necessário uma maior consciência acerca dos limites, potencialidades e das implicações sobre escolhas metodológicas diante de várias abordagens.

O ecletismo analítico se diferencia da pesquisa tradicional orientada por paradigmas a partir de três dimensões relacionadas a forma como os problemas de pesquisa são construídos; as estratégias causais para análise; e, o grau de aderência das teorias e modelos com o contexto. A primeira dimensão está relacionada a complexidade e multidimensionalidade dos fenômenos relevantes para a análise política. Os problemas de pesquisa tendem a ser usualmente construídos por teorias que se ajustam aos paradigmas. O ecletismo exige a transposição de barreiras paradigmáticas no sentido de conferir maior capacidade de explicar problemas complexos. Por fim, o ecletismo assume a posição de ser necessário construir teorias e análises que possam efetivamente contribuir para inovações no tratamento de problemas empíricos relevantes.

A preocupação fundamental do ecletismo analítico está colocada na necessidade premente para gerar uma maior interação entre o conhecimento teórico, os modelos analíticos e as evidências empíricas. Conhecimento útil deve ser gerado a partir das abordagens de “médio alcance” (middle range theories) que possam desvendar mecanismos causais relevantes em fenômenos políticos. A proposta inovadora trazida pelo ecletismo analítico passa pela necessidade de explorar novas avenidas entre tradições de pesquisa, facilitando a comunicação mais intensa de conceitos, mecanismos, teorias e explicações diante de problemas específicos de pesquisa. Estas suposições tendem a ampliar substancialmente a probabilidade de resolução do crônico hiato entre teorias e evidências na ciência política.

3.6. Demanda Crescente por Identificação

Conforme já analisado anteriormente a Ciência Política Contemporânea tem se voltado para gerar inferências causais válidas. Para tanto, ela faz uso de pesquisa empírica em desenhos de pesquisa que formulam diversas estratégias de identificação que permitam compreender como as causas levam aos efeitos na realidade empírica observada. A cientificidade passa a depender de como se pode resolver o conhecido problema da identificação nas ciências sociais (Manski, 1991).

O problema da identificação reside em estabelecer se as proposições causais supostas pelos modelos teóricos efetivamente ocorrem (e se confirmam) na realidade empírica, i.e, se as causas realmente são causas e se os efeitos são efetivamente gerados pelas causas supostas, diante de dados observacionais. Como podemos supor exogeneidade das causas quando estamos diante de dados observacionais? Este é um problema de elevada complexidade e substancial energia analítica vem sendo a ele devotado na econometria aplicada, com impactos substanciais sobre a política comparada.

Quando diante dos desenhos experimentais, este problema é “facilmente” resolvido dado a randomização e manipulação experimental das causas e efeitos. Todavia, quando diante de estudos observacionais, dado o conhecido problema das “variáveis omitidas” (confounders), a demanda por estratégias empíricas de identificação tornam o problema da inferência mais complexo.

Angrist e Pischke (2009) consideram que a pesquisa empírica busca responder questões de inferência causal a partir de “experimentos ideais” em que os pesquisadores buscam

identificar melhor para resolver os conhecidos problemas de endogeneidade, viés de seleção, causalção reversa, e, sobre mecanismos causais envolvidos na explicação. É exatamente através das estratégias de identificação que tais inferências a partir de dados observacionais são operacionalizadas, e onde pesquisadores buscam de fato encontrar alternativas empíricas plausíveis para acessar os efeitos causais desejados.

A conexão entre boa identificação e qualidade inferencial tem sido decisiva na pesquisa observacional na economia, gerando a conhecida revolução de credibilidade, que tem gerado impactos similares na ciência política. Na ciência política se verifica um aumento da demanda para lidar com a identificação que acompanha o rigor na confecção de desenhos de pesquisa.

Considerada como o “ponto crítico” da pesquisa observacional, a identificação desempenha um papel fundamental na qualidade da pesquisa e do conhecimento inferencial produzido. Com estratégias adequadas de identificação, os pesquisadores conseguem lidar empiricamente com os usuais problemas inferenciais associados à endogeneidade geradas por fatores não-observáveis ou por complexidade causal geradas por instituições, história, ou mais amplamente pela cultura, como é típico na ciência política.

A atenção para as possibilidades de identificação tem feito com que a qualidade da pesquisa observacional possa gerar inferências causais válidas. A cientificidade depende em grande medida de tornar as teorias consistentes com dados empíricos de natureza observacional. Pensando na perspectiva da política comparada, Przeworski (2009) afirma que quando os cientistas políticos não podem controlar as causas, estamos completamente dependentes da história e, neste sentido, as chances de boa identificação são bastante reduzidas.

Na análise histórica e na ciência política, onde o grau de endogeneidade é muito elevado, este problema se torna muito agudo. Para ele, a ciência política comparada vivencia um paradoxo: “para melhor especificar os modelos, quanto mais causas endógenas estão presentes e se retroalimentam mutuamente, mais difícil é a identificação das causas” (Przeworski, 2009; p.168). A principal dificuldade diante da endogeneidade está no fato de que é difícil distinguir empiricamente os efeitos causais dos efeitos gerados pelas condições particulares em que o fenômeno estudado ocorre.

Entender sobre os problemas relativos à identificação é também dizer sobre os limites relativos às questões relativas à validade interna e externa na pesquisa observacional. A demanda por identificação representa uma das mais importantes tendências metodológicas e se constitui uma importante resposta a três problemas apontados por Dunning (2012): a) superação aos problemas típicos das análises de regressão multivariada; b) a necessidade de desenhos de pesquisa mais robustos, com a inclusão de experimentos de campo e experimentos naturais; e, c) como possibilidade efetiva de elevação da qualidade inferencial através de construção de boas estratégias de identificação na pesquisa observacional.

Esta hipótese se apoia também na consideração relevante proposta por Brady, Collier and Seawright (2006) em *Rethinking Social Inquiry* de que a demanda crescente por um diálogo criativo entre as estratégias quantitativas e qualitativas se faz necessária para potencializar a capacidade de inferência causal na produção de teorias (e de teste de hipóteses). Neste sentido, os experimentos, surgem como uma alternativa plausível que permite (por diferentes caminhos) combinar análise quantitativa de dados e análise dos processos causais.

A demanda por identificação a partir de desenhos quasi-experimentais pode ser compreendida como requisitos considerados fundamentais para que se possa gerar conhecimento sobre as diversas lógicas de causalção na ciência política.

Neste sentido, muitos autores trabalhando na fronteira da pesquisa empírica assumem que estratégias de identificação (identification strategies) representam a dimensão fundamental na construção de desenhos de pesquisa. Tais estratégias são mais amplamente concebidas como as alternativas que desenhos de pesquisa constroem alternativas para estimação de efeitos causais diante de problemas empíricos específicos. O problema central reside em compreender como os estudos contemporâneos vêm mobilizando inovações nas estratégias de identificação em desenhos de pesquisa centrados em quase-experimentos, e como estes contribuem para a qualidade inferencial.

O refinamento das estratégias de identificação teria, neste sentido, importante papel para ampliar a “razão experimental” na ciência política onde a combinação de elementos experimentais, quantitativos e da análise estatística pode conduzir a produção de inferências causais válidas. Pensar o problema da identificação a partir dos quase-experimentos passa por criar as condições para um conhecimento inferencial causal mais robusto, que se mostra necessário para o avanço da ciência política como disciplina.

3.7. Primazia dos Métodos sobre Análise

A última crença decisiva que consideramos aqui tem a ver com a primazia dos métodos. Esta pode ser claramente identificada nas transformações ocorridas na produção recente em que se observa um claro avanço e sofisticação dos métodos e técnicas aplicadas, bem como nos esforços institucionais de introduzir o campo disciplinar de Metodologia Política (Political Methodology). Estas características tem tornado a ciência política consistente com o pressuposto de que os métodos representam os elementos cruciais que criam as condições para a difusão e institucionalização de valores relativos a uma nova cientificidade. Na realidade, pode-se afirmar que a ciência política se aproxima do “ideal sartoriano” de elevação da consciência sobre os métodos.

O influxo das novas metodologias na análise política pode ser atribuído, por um lado, ao avanço da interação com a análise estatística e especialmente com as técnicas de análise multivariada para testes de hipóteses. Por outro lado, se observa uma simultânea expansão da reflexividade sobre os métodos comparativos, que tem fermentado substancialmente o confronto real das teorias com os dados empíricos. A expansão do rigor e sofisticação das metodologias comparativas está claramente associada a um aumento exponencial das técnicas quantitativas e qualitativas de análise disponíveis aos cientistas políticos.

Certamente, a orientação por modelos hipotéticos-dedutivos centrados em teste de hipóteses a partir da infusão de novos valores introduzidos pelos programas EITM/NSF a partir de 2001¹⁶ estabeleceu as condições para que o grau de rigor e sofisticação sejam ampliados

16 Na realidade a infusão de valores relativos aos Métodos na Ciência Política vem sendo bem lastreados na formação profissional por Cursos de Verão do ICPSR – Inter-University Consortium of Political and Social Research na Universidade de Michigan criada em 1963. A Essex Summer School in Social Science Data Analysis and Collection fundada em 1967. Novas iniciativas como a criação da Society for Political Methodology da American Political Association criaram novas oportunidades para a difusão massiva dos valores relativos a importância do método e da metodologia política. No Brasil, as escolas de verão da IPSA – In-

tanto na pesquisa quantitativa como na qualitativa. Na tradição quantitativa, é claramente visível o emprego intensivo de técnicas multivariadas nas suas diversas variantes, ou mesmo técnicas mais sofisticadas como modelos hierárquicos, séries temporais, ou simulações computacionais. O grau de interação com a econometria, por outro lado, fez com que os modelos e teorias testáveis atingissem um grau muito elevado em termos de formalização e rigor analítico envolvido na produção corrente.

Na tradição qualitativa de pesquisa em ciência política, existe hoje uma ampla reflexividade sobre os limites e potencialidades de tais métodos, bem como uma ampla oferta de possibilidades para gerar inferências, especialmente quando se utilizam modelos configuracionais ou baseados em mecanismos causais. Abordagens como o process-tracing, os estudos de caso, ou mesmo as diversas variantes dos métodos QCA tem introduzido substancial influxo de possibilidades para o desenvolvimento de novas metodologias para gerar inferências causais válidas.

Outro importante sintoma da expansão dos métodos como elemento crucial de cientificidade no contexto do projeto EITM é o crescimento do status de periódicos que publicam trabalhos que mobilizam modelos formais, teoria e dados empíricos a partir de desenhos de pesquisa de elevado rigor metodológico. Os dados do Quadro 1 relevam comparativamente as posições dos top 5 journals no SCImago Journal & Country Rank (www.scimagojr.com).

Quadro 1 – Periódicos em Ciência Política
Ranking SCImago Journal & Country Rank 2000; 2005; 2010

ANO 2000	ANO 2005	ANO 2014
World Politics	American Political Science Review	American Political Science Review
American Journal of Political Science	American Journal of Political Science	Political Analysis
American Political Science Review	Comparative Political Studies	American Journal of Political Science
Journal of Conflict Resolution	World Politics	Journal of Conflict Resolution
Comparative Political Studies	Journal of Theoretical Politics	Annual Review of Political Science
Journal of Politics	Journal of Conflict Resolution	Journal of Politics

Fonte: Elaboração do Autor a partir dos dados on-line em www.scimagojr.com.

Os dados mostram que periódicos como o American Political Science Review, American Journal of Political Science, Journal of Politics, e, o Journal of Conflict Resolution continuam ao longo dos anos a manter seu elevado impacto no que se refere a difusão dos métodos e técnicas mobilizadas pelo mainstream da disciplina. A grande novidade que emerge dos dados mostrados e que reflete a primazia dos métodos mais recentemente é a aparição do periódico Political Analysis como segundo principal periódico em 2014.

Este periódico tem se fortalecido desde sua criação em 2006 e tem sido a principal fonte de veiculação de trabalhos de elevada qualidade que mobilizam metodologias rigorosas e atualizadas na ciência política. As produções no interior deste artigo têm quase sempre

ternational Political Science Association - são anualmente oferecidas pela Universidade de São Paulo (USP)

promovido o estímulo à inovações da análise política que utiliza influxos massivos da análise formal e da análise estatística. Por outro lado, uma análise do conteúdo dos artigos também revela sua relevância como importante vetor de difusão de técnicas sofisticadas para a integração entre métodos quantitativos e qualitativos.

A expansão da relevância do periódico *Political Analysis* para a cientificidade da ciência política pode ser observada de forma “objetiva” nos dados do Quadro 2. Estes mostram ter havido uma exponencial elevação do seu fator de impacto que passa de 0,917 para 4,655, o que ilustra o seu poder de difusão de novas formas de análise na disciplina. Por outro lado, ele passa da posição 20 no ranking (num universo de 85 periódicos) no ano de sua criação, para a posição número 1 em 2014.

Quadro 2 – Political Analysis: Fator de Impacto e Posição Ranking (Periódicos Ciência Política) 2006-2014

Ano	Fator de Impacto	Posição Ranking (Periódicos Ciência Política)
2006	0,917	20 (85)
2007	2,535	1 (93)
2008	4,78	1 (99)
2009	3,756	1 (112)
2010	1,864	9 (139)
2011	2,191	5 (148)
2012	2,231	5 (157)
2013	2,879	3 (156)
2014	4,655	1 (161)

Fonte: http://www.oxfordjournals.org/our_journals/polana/about.html

A importância dos periódicos na formação e “disciplinamento” da produção é decisiva. Como se sabe, a ciência política acompanha a tendência de outras disciplinas de ser fortemente movida pela leitura de “publicações em periódicos científicos”. Não há dúvida que tal impacto, especialmente os dos principais periódicos, terminam por gerar um processo isomórfico de valores em torno do que representam os métodos e em última instância, moldam os parâmetros da cientificidade no contexto de uma ciência política cosmopolita.

Por outro lado, a primazia dos métodos pode ser também verificada a partir da massiva produção de livros sobre metodologia aplicados ao campo particular da ciência política. Editoras como a Cambridge University Press, a Oxford University Press, e outras de primeira linha, têm contribuído enormemente para difundir trabalhos de elevada qualidade na área de metodologia na pesquisa empírica quantitativa e/ou qualitativa, que ampliam substancialmente a reflexividade e consciência sobre os métodos na ciência política¹⁷. Séries específicas voltadas para a pesquisa foram criadas tornando possível difundir rapidamente as crenças em torno da demanda por atualização metodológica na disciplina. Nesta linha, importante ressaltar que a Oxford University Press produziu o *Handbook sobre Metodologia Política* em 2008 tornando disponível uma coleção de trabalhos produzidos pelas mais qualificadas autoridades no assunto com largo impacto sobre a formação profissional na ciência política.

17 Por razões óbvias de economia espaço não incluímos exemplares destas obras seminais no texto. Nas referências bibliográficas, entretanto, são mencionadas obras consideradas fundamentais para a infusão da “primazia dos métodos”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou apresentar um conjunto de transformações decisivas que orientam a produção acadêmica de alto nível (de elevado fator de impacto) na ciência política nos últimos 20 anos. As mudanças empreendidas se constituem em “crenças e valores” que se institucionalizaram rapidamente na comunidade científica e que hoje colocam como ideal para a produção de qualquer trabalho científico neste campo na área. Como evidência agregada mais geral, pode-se assumir que a natureza, qualidade e sofisticação da produção contemporânea é radicalmente distinta do que era tido como “mainstream” antes da revolução promovida na disciplina a partir dos anos 90.

Conforme já discutido, estas crenças e valores ganham sentido e se difundem a partir de transformações estruturais geradas a partir dos influxos endógenos e exógenos no interior da ciência política. Estes fatores particulares tornam os “referenciais de cientificidade” completamente específicos diante de outras ciências sociais como a sociologia, a antropologia, o direito ou mesmo nas ciências humanas. Compreendendo mais de perto tais valores podemos entender o que “há de específico na ciência política”. Esta compreensão não pode ser considerada como óbvia ou trivial. O sentido de cientificidade disciplinar que se construiu na ciência política contemporânea a torna um “outlier” nas ciências sociais que ainda se movem por metodologias centradas em interpretação.

A ciência política na atualidade vem se orientando por valores que privilegiam a análise empírica centrada em explicações, o uso intensivo de desenhos de pesquisa e a crescente demanda por causalidade. Rezende (2015) considera que tais dimensões são os principais eixos constitutivos que “disciplinam” a produção acadêmica.

Os novos valores que orientam a produção disciplinar vêm sendo progressivamente construídos, difundidos e institucionalizados a partir das instituições que organizam formalmente a disciplina no plano nacional e internacional, bem como nos centros universitários no ensino de graduação e pós-graduação da ciência política no mundo. A velocidade com que tais valores se consolidam na disciplina, e que afetam decisivamente a produção em termos de qualidade, sofisticação e rigor que tornam a produção contemporânea radicalmente diferente do que ela era há pelo menos uma década atrás. Os periódicos de elevado fator de impacto na ciência política têm progressivamente gerado incentivos para que os trabalhos se orientem por elevada sofisticação, uso intensivo de modelos formais e análise estatística, tanto na tradição quantitativa propriamente dita ou mesmo na pesquisa multi-método.

O esforço substancial da ciência política é o de promover claramente uma maior “aderência” às regras inferências num mundo em que se tem a condição de big data, abundância tecnológica e diversidade metodológica. Neste sentido, pode-se considerar que a ciência política se aproxima de uma “revolução de credibilidade” que vem ocorrendo na economia desde os anos 90 em que os desenhos de pesquisa e os métodos associados assumem primazia diante das tradicionais análises de dados. Para se mover de correlações para compreender causalidade se faz necessário introduzir esforços para gerar identificação com desenhos de pesquisa substancialmente mais rigorosos. A conexão da ciência política com a econometria aplicada tem sido um caminho natural para o desenvolvimento desta ciência conquanto ciência empírica.

A ciência política empírica estaria, portanto, se movendo em direção a maiores interfaces com a econometria, com a estatística aplicada, com as ciências computacionais e mesmo com a matemática. A orientação por modelos formais tem exigido uma maior demanda por compreender o papel dos modelos nas ciências sociais, e sua conexão com o teste de hipóteses. Para o caso particular da ciência política, o que não se traduz em realidade para a maioria das ciências sociais, as demandas por conhecimento testável, objetivo e replicável assume centralidade.

Outro fator importante a ser considerado como referencial fundante na cientificidade é o retorno à tradição experimental (ou quase-experimental) que tem sido amplamente utilizada para a análise de importantes fenômenos como a corrupção, o clientelismo, a performance das instituições, ação coletiva e uma ampla gama de fenômenos que continuam a ser relevantes. A ciência política apresenta hoje um amplo leque de possibilidades para produzir conhecimento inferencial válido seja com dados observacionais e experimentais, apesar de seus limites. As inovações trazidas por desenhos de pesquisa pela via dos experimentos ou quase-experimentos tem permitido avançar na compreensão mais robusta sobre efeitos causais ou as causas dos efeitos. O impacto destes métodos tem expandido substancialmente as fronteiras de análise na ciência política comparativa.

Outra inovação substantiva tem sido a progressiva ruptura das clivagens tradicionais entre os métodos quantitativos e qualitativos que caracterizavam a disciplina antes de 1990. Os tradicionais limites para as técnicas de análise de dados também têm sido progressivamente flexibilizados e, na atualidade, padrões mais elevados de cientificidade exigem que os pesquisadores passem a mobilizar seus esforços criativos para produzir análises inferenciais válidas a partir de estratégias quantitativas e qualitativas. O incentivo da produção de pesquisas mais integradas, a despeito de seus reconhecidos limites na pesquisa prática, tem sido marcante. A questão da integração entre métodos quantitativos e qualitativos desde KKV tem sido profundamente reformulada, e novos caminhos para gerar conexões entre tais “culturas” (Mahoney e Goertz, 2012) têm sido amplificados nas instituições de ensino e pesquisa na ciência política.

Por fim, vale ressaltar a importante dimensão relativa à primazia dos métodos, que como analisada, introduz padrões mais elevados de reflexividade dos cientistas acerca das novas metodologias e dos desenhos de pesquisa que podem, de fato, ser mais adequados para o tratamento de problemas de pesquisa específicos. Mesmo em campos menos orientados quantitativamente, a preocupação com inferências causais, tem movido substancial porção de pesquisadores na tradição histórico-comparada para aderir aos novos “cânones” metodológicos disponíveis na disciplina. A ciência política estaria, neste sentido, se movendo na direção de que Sartori nos anos 70 conceituou de “consciência metodológica” que se faz necessário para promover conhecimento relevante quando se tenta mesclar ciência política empírica e ciência orientada por modelos formais.

REFERÊNCIAS

- Abadie, Alberto, Alexis Diamond, and Jens Hainmuller (2012). Comparative Politics and the Synthetic Control Method. Working Paper. Mimeo.
- Ahmed, Amel and Rudra Sil (2012). When Multi-Method Research Subverts Methodological Pluralism—or, Why We Still Need Single-Method Research. *Perspectives on Politics*, 10 (4), pp.935-53.
- Aldrich, John H., James E. Alt, and Arthur Lupia (2008). “The EITM Approach: Origins and Interpretations”. In Box-Steffensmeier, Janet M., Henry E. Brady, and David Collier (eds.) *The Oxford Handbook of Political Methodology*. Chapter 37. pp.828-843.
- Angrist, Joshua D. and Jörn-Steffen Pischke (2009). *Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist Companion*. New Jersey. Princeton University Press.
- APSA (2014). Symposium: The Set-Theoretic Comparative Method: Critical Assessment and the Search for Alternatives. *Qualitative & Multi-Method Research*, 12(1). Organized Section for Qualitative and Multi-Method Research.
- Beach, Derek and Rasmus Brun Pedersen (2013). *Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines*. Ann Arbor. University of Michigan Press.
- Blyth, Mark (2006). Great Punctuations: Prediction, Randomness, and the Evolution of Comparative Political Science. *American Political Science Review*, 100(4). pp.493-498.
- Box-Steffensmeier, Janet M., Henry E. Brady, and David Collier (2008). “Political Science Methodology”. In Box-Steffensmeier, Janet M., Henry E. Brady, and David Collier (eds.) *The Oxford Handbook of Political Methodology*. Chapter 1. pp.3-31.
- Brady, Henry E. and David Collier (2004). *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. New York. Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Brady, Henry E., Collier and Jason Seawright (2006). “Toward a Pluralistic Vision of Methodology” *Political Analysis*, 14(3). pp14(3):353–368.
- Braumoeller, Bear F. and Gary Goertz (2000). “The Methodology of Necessary Conditions”. *American Journal of Political Science*, 44(3), pp.844-858.
- Clarke, Kevin A. and David M. Primo. (2012). *A Model Discipline: Political Science and the Logic of Representations*. New York. Oxford University Press.
- Collier, David (2008). Symposium: Case Selection, Case Studies, and Causal Inference. Introduction. *Qualitative & Multi-Method Research*. Fall. pp.2-4
- Fearon, James (1991). Counterfactuals and Hypothesis Testing in Political Science. *World Politics*, 43(2), pp. 169-195
- George, Alexander L. and Andrew Bennett (2005). *Case Studies and Theory Development*. Cambridge, Massachusetts. The MIT Press.
- Gerring, John (2004). What Is a Case Study and What Is It Good for? *American Political Science Review*, 98 (2) pp. 341-354.

- Gerring, John (2005). Causation A Unified Framework for the Social Sciences. *Journal of Theoretical Politics*, 17(2). pp. 163-198.
- Goertz, Gary and Harvey Starr (2002). *Necessary Conditions: Theory, Methodology, and Applications*. Lanham. Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Granato, Jim, and Frank Scioli (2004) "Puzzles, Proverbs, and Omega Matrices: The Scientific and Social Significance of Empirical Implications of Theoretical Models (EITM)". *Perspectives on Politics*, 2 (2), pp. 313 –23.
- Granato, Jim, Melody Lo And M. C. Sunny Wong (2005). *The Empirical Implications of Theoretical Models (EITM): A Framework for Methodological Unification*. Working Paper presented at Southern Political Science Association. Mimeo.
- Hess, Charlotte and Elinor Ostrom (2011). "A Framework for Analyzing the Knowledge Commons". In Hess, Charlotte and Elinor Ostrom (eds.) *Understanding Knowledge as Commons: From Theory to Practice*. Cambridge, Massachussets. The MIT Press. Pp.41-81.
- Imai, Kosuke, Luke Keele, Dustin Tingley, and Teppei Yamamoto. (2011) "Unpacking the Black Box of Causality: Learning about Causal Mechanisms from Experimental and Observational Studies." *American Political Science Review* 105 (4), pp. 765–89.
- King, Gary, Robert Keohane and Sidney Verba (1995). "The Importance of Research Design in Political Science" *American Political Science Review*, 89(2), pp. 454-456.
- King, Gary and Lee Epstein (2001). *The Rules of Inference*. University of Chicago Law Review, XXX (1). pp.1-93.
- King, Gary, Robert O. Keohane and Sidney Verba (1994). *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. New Jersey. Princeton University Press
- Krogslund, Chris, Donghyum D. Choi and Mathias Poertner (2015). Fuzzy Sets on Shaky Grounds: Parameter Sensitivity and Confirmation Bias in QCA. *Political Analysis*, 23, pp.23-41.
- Mahoney, James (2007). Qualitative Methodology and Comparative Politics. *Comparative Political Studies*, 40, 122-144.
- Mahoney, James (2010). After KKV: The New Methodology of Qualitative Research. *World Politics*, 62(1). pp.120-147.
- Mahoney, James and Gerry Goertz (2012). *A Tale of Two Cultures: Contrasting Quantitative and Qualitative Research in the Social Sciences*. New Haven. Princeton University Press.
- Mahoney, James, Erik Kimball and Kendra L. Koivu (2008). *The Logic of Historical Explanation*. *Comparative Political Studies*, 42(1). pp.114 -146.
- Mahoney, James. (2000) 'Strategies of Causal Inference in Small-N Analysis', *Sociological Methods and Research* 28(4): 387–424.
- Mahoney, James. (2003). "Strategies of Causal Assessment in Comparative Historical Analysis", in J. Mahoney and D. Rueschemeyer (eds) *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*, pp. 337–72. New York: Cambridge University Press.

- Manski, Charles F. (1999). *Identification Problems in the Social Sciences*. Cambridge. Harvard University Press.
- Marsh, D. and Savigny, H. (2004) 'Political Science as a Broad Church: The Search for a Pluralist Discipline,' *Politics* 24(3): 155–168.
- Merriam, Charles E. (1921). *The Present State of the Study of Politics*. *American Political Science Review*, 15(2), pp.173-185.
- Monroe, Burt L. (2013). "The Five Vs of Big Data Political Science: Introduction to the Virtual Issue on Big Data in Political Science". *Political Analysis*, Virtual Issue, 5.
- Monroe, Burt L., Jennifer Pan, Margaret E. Roberts, Maya Sen, and Betsy Sinclair (2015). No! Formal Theory, Causal Inference, and Big Data Are Not Contradictory Trends in Political Science. *American Political Science Association*, PS. January, pp. 71-74.
- Morgan, Stephen L. and Christopher Winship (2007). *Counterfactuals and Causal Inference: Methods and Principles for Social Research*. New York. Cambridge University Press.
- Moses, Jonathon, Benôit, Rihoux, , and Bernhard Kittel (2005). Mapping Political Methodology: reflections on an European Perspective. *European Political Science*, 4. pp.55-68.
- National Science Foundation (2002). *Empirical Implications of Theoretical Models Report*. 2002. Political Science Program, Directorate of Social, Behavioral, and Economic Sciences. Arlington, Va.
- Norris, Pipa. (1997) 'Towards a More Cosmopolitan Political Science?' *European Journal of Political Research*, 31(1–2): 17–34.
- Przeworski, Adam (2007). "Is The Science of Comparative Politics Possible?". In Boix, Carlos and Susan Stokes (orgs.). *Oxford Handbook of Comparative Politics*. New York. Cambridge University Press. pp.147-171.
- Ragin, Charles C. (1987). *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley. University of California Press.
- Ragin, Charles C. (2000). *Fuzzy-Set Social Science*. Chicago. The University of Chicago Press.
- Rezende, Flávio da Cunha (2010). Analytical Challenges for Neoinstitutional Theories of Change in Comparative Political Science. *Brazilian Political Science Review*, vol 3(2). pp.98-126.
- Rezende, Flávio da Cunha (2011). "A Nova Metodologia Qualitativa" e as Condições Essenciais de Demarcação entre Desenhos de Pesquisa na Ciência Política Comparada. *Revista Política Hoje*, vol 20(1), pp.218-252.
- Rezende, Flávio da Cunha (2011). Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 6. pp. 297-337.
- Rezende, Flávio da Cunha (2015). Modelos de Causação e o Pluralismo Inferencial em Ciência Política. Working Paper #1. Núcleo de Epistemologia e Método Comparado. Recife. Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de Ciência Política. Mimeo.

Rihoux, Benoit and Charles C. Ragin (2009). *Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Related Techniques*. Applied Social Research Methods Series, vol 51. Thousand Oaks, California. SAGE Publications.

Rohlfing, Ingo (2012). *Case Studies and Causal Inference: an integrative framework*. New York. Palgrave MacMillan. ECPR Research Methods Series.

Sekhon, Jasjeet S (2009). "Opiates for the Matches: Matching Methods for Causal Inference." *Annual Review of Political Science* 12(1), pp.487–508.

Schneider, Carsten Q. and Claudius Wageman (2012). *Set-Theoretical Methods for the Social Sciences: A Guide to Qualitative Comparative Analysis*. New York. Cambridge University Press.

Shapiro, Ian (2002). Problems, Methods, and Theories in the Study of Politics, or What's Wrong with Political Science and What to do About it. *Political Theory*, vol 30(4). pp. 588-611.

Weller, Nicholas and Jeb Barnes (2014). *Finding Pathways: Mixed-Method Research for Studying Causal Mechanisms*. New York. Cambridge University Press.



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



CENTRO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS

Departamento de
Ciência Política

Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política



CAPES